

From:
To: [Consulta Publica ERSE](#)
Subject: CP 126 RT2025_99 3 de janeiro de 2025
Date: 17:44:13

Boa tarde.

Sobre a proposta de PDIRD-E 2024 em consulta pública gostaria de referir o seguinte:

- Ao focar-se exclusivamente na infraestrutura elétrica, e considerando-a como uma entidade quase isolada, a proposta de PDIRD-E 2024 negligencia a importância para o País da existência de uma estrutura energética integrada, combinando a rede elétrica e a rede de gás, capaz de contribuir para uma maior resiliência e flexibilidade do sistema energético nacional, bem como para evitar investimentos desnecessários – desde logo a duplicação de infraestruturas, que os consumidores e os contribuintes serão sempre chamados a suportar. Recorrendo ao jargão, o povo é que pagará estas loucuras.

- Entre outras omissões – que parecem intencionais – o documento esquece que a infraestrutura de gás poderá ser usada como armazenamento de energia sazonal ou como suporte em picos de procura elétrica ou em momentos de intermitência renovável, não se encontrando quaisquer menções a projetos que promovam a interação entre as redes elétrica e de gás, nem a investimentos em investigação ou desenvolvimento de interligações híbridas entre as redes. Bastará olhar para a realidade de outros Estados-Membros para constatar que tecnologias como a do *power-to-gas* são cruciais para criar sinergias entre as redes, especialmente em períodos de excedentes de produção renovável.

- Desconsiderando o documento a complementaridade das redes, são naturalmente omissas referências à forma como estas podem ser otimizadas para partilhar encargos e sinergias. De igual modo, não se percebe qualquer análise à forma como a transição exclusivamente elétrica poderá aumentar a pressão tarifária na rede de gás ou no ténue, mas virtuoso, equilíbrio do Sistema Nacional de Gás (em que assenta grande parte da competitividade da indústria nacional). Fomentando o desligamento de clientes do setor residencial, a tarifa paga pela indústria será onerada a passos largos, provocando uma situação que poderá causar sérias disrupções nos processos produtivos, sendo um abalo enorme na tão defendida competitividade da nossa indústria.

- Uma das maiores omissões é, aliás, a ausência de uma análise de impacto económico cruzado, que tenha em consideração os custos para os consumidores que decorrerão da proposta de investimentos, ou o seu impacto na competitividade da indústria nacional. Com efeito, e por se focar exclusivamente na eletrificação dos consumos, o plano ignora os custos adicionais que os consumidores poderão ser chamados a suportar com a transição elétrica e com a manutenção e a adaptação da rede de gás. Quem irá pagar os termoacumuladores que duram 5 anos e que serão chamados a substituir esquentadores que duram 20? E as placas elétricas que irão substituir os fogões a gás? Quem suportará a diferença que existe hoje entre a fatura elétrica e a fatura associada ao consumo de gás? Não deveria a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos estar mais atenta a estas dimensões e informar mais e melhor os consumidores sobre os reais impactos da aposta na eletrificação – sobretudo ao ritmo e intensidade a que esta a ser conduzida?

- O que se defende é uma solução sensata, que passe pela integração das redes, o que ajudaria a equilibrar custos e a garantir maior estabilidade tarifária para todos os segmentos de consumo, permitindo ainda que os investimentos fossem considerados de forma holística e distribuídos de forma mais eficiente.

- Aprovar, em nome do Estado, investimentos desta ordem, ao mesmo tempo que, em nome do mesmo Estado, se decide tornar ociosa uma infraestrutura em que famílias e empresas investiram milhares de milhões de euros, seria um ato de total insanidade.

Agradeço que o meu nome não seja publicado.

Obrigado

